

**HABEAS CORPUS Nº 638.329 - SP (2021/0000656-6)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE : ANA PAULA DA SILVA**  
**ADVOGADO : ANA PAULA DA SILVA - SP401560**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : JULIANA APARECIDA DE LIMA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de JULIANA APARECIDA DE LIMA, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

O Tribunal local, em decisão rarefeita, ao denegar o pedido liminar formulado no *writ* originário de n. 2300130-82.2020.8.26.0000, manteve a segregação cautelar da ora paciente, com esteio - precipuamente - nos seguintes fundamentos, *litteris*:

Embora conste que a paciente é primária, o fato é que: a) **ela fugiu da abordagem policial, causando, inclusive, ferimentos no agente público**; b) **foi necessária a decretação de sua prisão temporária para localizá-la após a sua fuga**; c) as circunstâncias de sua prisão se deram em situação indicativa não somente de tráfico estruturado, mas também de envolvimento em crime de associação criminosa, tendo ela assumido papel de relevo na referida associação (“**dona da biqueira**”, **segundo outro denunciado**), tudo a indicar prognose penal desfavorável ao tratamento brando imaginado pela impetrante em caso de o processo desbordar em condenação. (fls. 24 e 25 - g.m.)

Consta dos autos a prisão preventiva da custodiada, em 14/12/2020, decorrente de suposta prática - em concurso material heterogêneo - dos delitos capitulados nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, ambos da Lei n. 11.343/06.

Em suas razões, sustenta a impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a genérica segregação processual da paciente, com condições pessoais favoráveis, além de encontrar-se despida: de fundamentação idônea; de justa causa material; e de efetivo embasamento empírico, tampouco permeada pela prática de crime violento ou com grave ameaça, não preenche - como *ultima ratio* e em homenagem aos postulados da presunção de inocência e da homogeneidade - os requisitos autorizadores do

cárcere guerreado, nos moldes dos arts. 282, § 6º; 312; 313, § 2º; 315; e 648, inciso I, todos do CPP.

Nesse panorama, roga a impetrante pela revogação da prisão preventiva alhures, expedindo-se em favor da paciente premente alvará de soltura e, na sequência, seja-lhe concedida a liberdade provisória incondicionada ou, residualmente, mediante cominação de medidas cautelares alternativas, não prisionais, *ex vi* dos arts. 316, *caput*, 319 e 654, § 2º, todos do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, a teor dos parcos elementos de convicção coligidos ao presente *writ*, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente